COMUNICAÇÃO, PODER E HEGEMONIA EM ANTONIO GRAMSCI

Ítalo Pires Aguiar[1]

Resumo

O objetivo do presente trabalho é, ainda que em poucas linhas, tecer considerações sobre a comunicação a partir do arsenal teórico do pensador italiano Antonio Gramsci, que dedicou seus estudos à compreensão das diferentes maneiras de dominação em sociedades de capitalismo desenvolvido, bem como às formas de disputa política que lhe são inerentes. Dessa forma, o pensador sardenho foi pioneiro na compreensão das atividades dos jornais e das revistas como parte visceral do processo histórico em que estão inseridos, ou seja, ele compreendeu os jornais e as revistas como meios eficientes de "organizar e difundir determinados tipos de cultura" (GRAMSCI, 2000, p. 32).

Palavras-chaves: Comunicação; Poder; Hegemonia; Sociedades de capitalismo desenvolvido; Antonio Gramsci.

Abstract

The aim of this paper is, although in a few lines, to think about the communication through the theoretical arsenal of the Italian thinker Antonio Gramsci, who dedicated his studies to understand the different ways of domination in capitalist societies developed, and the policy in these societies. Thus, the Sardi-

1 Mestre em sociologia pelo IUPERJ. Pesquisador do Laboratório de Movimentos Sociais e Mídia (LMSM).

nian thinker was a pioneer in understanding the activities of newspapers and magazines as visceral part of the historical process in which they live, that is, he understood newspapers and magazines as efficient means to "organize and disseminate certain types of culture" (GRAMSCI, 2000, p. 32).

Key Words: Communication; Power; Hegemony; capitalism developed societies; Antonio Gramsci.

> "Aqui, toda a vizinhança proclama convicta: 'Os jornais servem para fazer embrulhos'. E é uma das raras vezes em que todos estão de acordo".
>
> **CECÍLIA MEIRELES**

1. INTRODUÇÃO

Pretendo nesse trabalho realizar um apanhado geral sobre os conceitos da teoria marxista que dialogam de maneira mais intensa com a questão da comunicação, em especial as contribuições do pensador italiano Antonio Gramsci, que dedicou seus estudos à compreensão das diferentes maneiras de dominação em sociedades de capitalismo desenvolvido, bem como às formas de disputa política que lhe são pertinentes.

Gramsci, inclusive, foi jornalista de ofício. Desde sua mudança para Turim até a fundação do jornal L'Unità, órgão oficial do Partido Comunista da Itália (PCI)[2], do qual foi chefe de redação, suas atividades como jornalista concentravam-se, majoritariamente, na militância política como intelectual, parlamentar e dirigente partidário.

Foi no curso do amadurecimento de sua produção jornalística que Gramsci antecipou muito dos temas abordados com maior rigor metodológico por ocasião de sua prisão. Por exemplo, a percepção da questão cultural como arena

[2]O L'Unità foi fundado por Antonio Gramsci em 12/02/1924, para ser o órgão de comunicação de operários e camponeses. Impresso em Milão foi rapidamente proibido de circular pelo governo fascista de Benito Mussolini em 1926. O jornal, infelizmente, cessou suas atividades no final de julho de 2014.

privilegiada de especulação e disputa revolucionária começou a despontar como de especial interesse do pensador italiano ainda nesse período.

Sua intensa e rica atividade como jornalista cessou apenas em 1926, quando foi preso, com base em leis de exceção decretadas por Mussolini, durante a ditadura fascista, isso depois de terem sido revogadas suas imunidades como deputado eleito pelo PCI.

Ocorre que, somente por ocasião da sua produção no cárcere a questão da comunicação é trabalhada com maior sistematização e rigor metodológico. Nessa oportunidade, o autor italiano pontuou que a comunicação seria a parte mais dinâmica da superestrutura ideológica, "a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a frente teórica ou ideológica" (GRAMSCI. 2000, p. 78).

Apesar de confinado no cárcere, Gramsci encontrou ânimo para redigir apontamentos teóricos específicos sobre a imprensa e o jornalismo, objetos do presente texto. Assim, entre os pensadores marxistas, Gramsci foi um dos que mais valorizaram a cultura e seu papel não só na manutenção da sociedade (capitalista), mas, sobretudo na sua transformação radical (revolução).

Essa valorização é um dos momentos constitutivos do seu conceito de hegemonia. Em Gramsci, hegemonia não é apenas direção política, mas também cultural, isto é, obtenção de consenso para um universo de valores, de normas morais e de regras de conduta.

Exatamente por isso, as contribuições de Gramsci passaram também pelos meios de comunicação, sendo certo que o filosofo italiano os compreendeu enquanto importantes meios de disputa política ¾ aparelhos privados de hegemonia ¾ no âmbito de sociedades ocidentais de capitalismo desenvolvido. Ou seja, os desvendou como meios de propagação de propostas de manutenção ou inovação de concepções de organização societária.

Portanto, Antonio Gramsci vislumbrou os jornais e as revistas como partes fundamentais do processo histórico em que estão inseridos, cumprindo, ao lado de tantos outros tipos de aparelhos privados de hegemonia, o papel de organizar e difundir determinados tipos de cultura (GRAMSCI. 2002 p. 32). Ou seja, também como espaços de disputas e conflitos.

Atualmente, período caracterizado pela alta intensidade da informação e da comunicação, onde a conjugação de comunicação, tecnologia, mercado, individualismo e globalização apontam para uma sociedade de extremos, ou seja, de riqueza absoluta para poucos e miséria implacável para muitos, compreender o papel e o funcionamento dos meios de comunicação é um desafio colocado

na ordem do dia de todos aqueles que insistem em acreditar que uma sociedade radicalmente diferente da capitalista é não só possível, mas, sobretudo urgente e necessária.

Portanto, as colocações de Antonio Gramsci sobre os meios de comunicação são muito reveladoras do papel que eles cumprem na disputa de hegemonia entre classes. Afinal, a conservação de uma ideologia dominante que afete o corpo social de tal maneira que seja dada como única saída razoável para sua continuidade ainda depende, em grande medida, das atividades midiáticas e suas artimanhas discursivas para sublimar a dominação operada cotidianamente entre classes sociais.

Essa operação é realizada por grandes conglomerados midiáticos que selecionam e enfatizam os fatos que desejam que se tornem de amplo conhecimento e, assim, delimitam o campo reflexivo da realidade aos seus leitores,

> do ponto de vista das corporações midiáticas, trata-se de regular a opinião social através de critérios exclusivos de agendamento dos temas que merecem ênfase, incorporação, esvaziamento ou extinção. O ponto nodal é transmitir conteúdos que ajudem a organizar e a unificar a opinião pública em torno de princípios e medidas de valor. (MORAES, 2010, p. 66).

Por isso, Gramsci destacou que o processo de formação da opinião pública é "estreitamente ligada à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a sociedade civil e a sociedade política, entre o consenso e a força" (GRAMSCI, 2000, p. 265).

Ou seja, a conservação de uma ideologia dominante que afete o corpo social de tal maneira que seja dada como única saída razoável para sua continuidade ainda depende, em grande medida, das atividades midiáticas e suas artimanhas discursivas para sublimar a dominação operada cotidianamente entre classes sociais.

Nesse contexto, as contribuições de Gramsci ainda são pontos de partida fundamentais para o estudo das estratégias comunicacionais como meios de legitimação da transnacionalização das indústrias culturais, a concentração patrimonial e a primazia do lucro.

2. HEGEMONIA

O conceito de hegemonia como desenvolvimento na obra de Antonio Gramsci, nos auxilia a compreender os jogos de consenso e dissenso que atravessam a atividade midiática e sua influência simbólica sobre o corpo social e, por-

tanto, também as disputas de sentido e de poder que a partir dela são travadas. De acordo com Luciano Gruppi,

> *uma classe é hegemônica, dirigente e dominante até o momento em que – através de uma classe sua ação política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas e impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder.* (Apud MORAES, 2010, p. 55).

Por isso, a hegemonia tem com pré-requisito basilar e indispensável à conquista do consenso e da liderança política e cultural de uma classe (ou um bloco de classes) sobre a outra, isso, geralmente, antes mesmo do exercício da violência como meio de dominação.

Assim, a hegemonia não é operada apenas através dos elementos econômicos, estruturais e coercitivos. Ao contrário, lida, sobretudo com os embates entre concepções simbólicas/juízos de valor sobre a maneira como a sociedade está organizada. A disputa de hegemonia é travada principalmente nos âmbitos político, ético e cultural.

Exatamente em razão disso, a hegemonia não pode ser compreendida somente com base nas estruturas econômicas e coercitivas que mediam a relações entre classes. A disputa no plano ético-cultural trabalha com a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se e, assim, enfraquecer e superar outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo.

Gramsci defendeu que somente uma leitura esquemática e simplista pode levar a crer que aquilo que Marx define como superestruturas tenha uma relação de dependência mecânica com as estruturas. Portanto, o fato de que Marx falou das superestruturas como "aparências" deve ser visto como consequência da necessidade de divulgação, como uma forma de discurso metafórico feito em função de um diálogo e de uma compreensão de massa da nova análise da sociedade.

Logo, para Gramsci, com a palavra "aparência", Marx quis indicar a "historicidade das superestruturas" ético políticas, culturais e ideológicas, isso em clara oposição às concepções dogmáticas que tendem a considerá-las como absolutas.

Por certo, a disputa, a constituição e a manutenção de uma hegemonia entre classes é um processo historicamente longo. Logo, as forças e as estratégias em disputa variam conforme a conjuntura que as abriga. Na linha de pensamento gramsciano, a hegemonia é exercida por uma classe que lidera um bloco histórico que se organiza entorno de uma vontade coletiva comum: a consciência operosa da necessidade histórica.

A manutenção dessa hegemonia depende necessariamente do ganho e da conservação dos apoios às suas orientações. Assim, uma liderança ético-cultural não depende exclusivamente das vantagens materiais que o poder lhe confere. Mais do que isso, ela depende principalmente de uma rica e sedutora estratégia de argumentação e persuasão sobre o corpo social. Nesse sentido, o próprio Gramsci afirmou que:

> *toda revolução foi precedida por um intenso e continuado trabalho de crítica, de penetração cultural, de impregnação de idéias em agregados de homens que eram inicialmente refratários e que só pensavam em resolver por si mesmos, dia a dia, hora a hora, seus próprios problemas econômicos e políticos, sem vínculos de solidariedade com os que se encontravam na mesma situação.* (GRAMSCI, 2004, p. 56).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Dênis Moraes afirma que a constituição hegemônica

> *pressupõe modificar mentalidades e valores, abrindo caminho a novas premissas éticas e pontos de vista, capazes de agregar apoios e consensos e, assim, afirmar-se perante o conjunto da sociedade.* (MORAES, D. 2010, p. 58).

Destarte, mesmo após tornar-se dirigente a classe deve manter-se dominante. Somente assim a classe que outrora foi subalterna mantém o domínio sobre a maioria do corpo social e, a partir disso, consolida a instauração de uma nova ordem intelectual e moral. Isso ocorre não só através da violência, mas, sobretudo através das mais refinadas estratégias de disputas ideológicas.

Diferente do defendido pela tríade clássica do pensamento marxista (Marx, Engels e Lenin), onde as revoluções passavam, sobretudo pela tomada violenta do Estado pelo proletariado, guerra de movimento, Gramsci entende que essa tem como pressuposto, ao menos no contexto das sociedades de capitalismo de-

senvolvido, ocidente, a consolidação hegemônica, que é operacionalizada através da guerra de posição: a luta progressiva pela hegemonia.

De acordo com as análises de Gramsci, no ocidente a classe dominante possui reservas políticas e organizativas que não possuía, por exemplo, na Rússia de 1917. Isto significa que também as crises econômicas não têm imediata repercussão no campo político. Em síntese, a política do quanto pior melhor não é necessariamente revolucionaria em sociedades de capitalismo desenvolvido.

Dessa maneira, a política está sempre atrasada em relação à economia. O Estado é muito mais resistente do que se pode imaginar e, com êxito, é capaz de organizar, nos momentos de crise, forças fiéis ao regime muito além do que a profundidade da crise deixaria supor. Assim, qualquer chegada ao poder depende de uma prévia e profunda reforma intelectual e moral, ou seja, do modo de sentir e de pensar das massas.

Para Gramsci, nesse contexto, não há organização do poder moderado somente através do uso da força. Para o pensador e militante político italiano, a hegemonia é um conjunto de atividades culturais e ideológicas, de que são protagonistas os intelectuais, que organiza o consenso e permite o desenvolvimento da direção social.

Em síntese, a formação do consenso para mudança da ordem estabelecida prescinde da capacidade das classes subalternas em organizar-se em forças políticas efetivas que garantam uma unidade de iniciativas e princípios ideológicos ao entorno de um objetivo maior. Somente a conquista da hegemonia no plano das ideias garante condições favoráveis duradouras em favor da classe dominante.

3. ESTADO EM SENTIDO AMPLO: SOCIEDADE CIVIL E SOCIEDADE POLÍTICA

Antes mesmo de tecermos maiores considerações sobre o conceito de estado em sentindo ampliado, sociedade civil e sociedade política na obra de Antonio Gramsci, apontaremos, rapidamente, a relação dialética que esse estabeleceu com o conceito de sociedade civil defendido anteriormente por Karl Marx e Friedrich Engels.

Para Marx e Engels, a sociedade civil é identificada necessariamente com a base material, a infraestrutura econômica da sociedade. Já para Gramsci, a sociedade civil não pertence a estrutura, ao contrário, ela está inserida na superestrutura.

Marx e Engels, combatendo o pensamento liberal, que, ao desconsiderar o processo histórico que levou à instauração dos Estados modernos e, ainda mais grave, apresentando o Estado burguês como entidade inevitável e eterna, praticamente abandonam o conceito de sociedade civil, quando muito o submetiam inteiramente à infraestrutura.

Nesse embate com o idealismo e o contratualismo, Marx e Engels insistiram que a sociedade civil e o Estado burguês não possuem uma essência não histórica, não fazem parte de uma natureza humana inevitável e eterna, mas construções históricas e, por isso, precisam ser analisadas nessa perspectiva.

Nesse momento, Marx e Engels descartam toda a herança idealista-hegeliana, que pressupunha a existência abstrata de uma natureza humana universal. Para ambos, mesmo a essência das relações entre os homens é construída historicamente e, exatamente por esse motivo, precisa ser explicada pela história.

Para demonstrar que o Estado e a sociedade civil não são o ápice da razão humana, nem uma instância para além das demandas particulares, como defendia Hegel, tampouco uma construção que derivou de um grande pacto entre os homens, como sustentavam os contratualistas, Marx e Engels recorreram ao estudo do Estado burguês concreto e dos princípios ideológicos que o orientam.

Contudo, o termo sociedade civil não é usado por Gramsci na exata acepção de Marx, mas sim numa acepção mais ampla que inclui as articulações não imediatamente políticas da organização social moderna.

Gramsci procurou desvendar a formatação das vontades coletivas e sua conversão em aceitação da dominação por meio do Estado em sociedades de capitalismo desenvolvido, em especial, a partir do momento em que esse incorpora, ainda de modo tímido, conquistas resultantes das lutas populares.

Apesar dessa pontual divergência, cujo aspecto dialético ficará mais claro quando trabalharmos o conceito de Estado em sentido amplo em Gramsci, ambos reclamavam o materialismo histórico e dialético como método de análise da história, ou seja, consideram os elementos econômicos e materiais como dispositivos ontológicos da explicação do curso da história.

Logo, destacamos que, apesar de divergentes, em relação ao espaço que abriga a sociedade civil, Marx e Gramsci não estão em campos teóricos distintos porque utilizaram o mesmo método em suas análises. Nesse contexto, relembramos a afirmação de György Lukács, em sua obra "**História e consciência de classe**" (2003), de que a única questão fixa no pensamento de tradição marxista é o seu método.

Quando Gramsci trabalha o conceito de sociedade civil ele está preocupado em entender o funcionamento do Estado em sociedades de capitalismo evoluído, ocidente, e, por isso, em um contexto totalmente diferente do contexto social, político e econômico em que a tríade clássica do pensamento marxista (Marx, Engels e Lênin) elaborou suas considerações sobre o mesmo tema, em especial Lenin e suas formulações sobre a Revolução de Outubro. Por isso, a relação entre eles é dialética, e não de negação.

Sobre essa questão, Carlos Nelson Coutinho, que certamente foi um dos maiores estudiosos do pensamento do filósofo e militante sardenho, afirmou o seguinte:

> *o conceito de sociedade civil é o meio privilegiado através do qual Gramsci enriquece, com novas determinações, a teoria marxista do Estado (...) Gramsci não inverte nem nega as descobertas essenciais de Marx, mas apenas as enriquece, amplia e concretiza no quadro de uma aceitação plena do método do materialismo dialético* (COUTINHO, C. N. 2007, p. 122-123).

Feita essa pequena, porém necessária, ressalva sobre a identidade metodológica entre a teoria marxiana e a desenvolvida por Antonio Gramsci, retornemos ao centro do debate sobre estado em sentindo amplo, sociedade civil e sociedade política.

Ao estudar os embates na disputa de hegemonia, Gramsci diferencia duas esferas no âmbito da superestrutura. A primeira esfera é representada pela sociedade política, ou seja, pelo conjunto de mecanismos pelos quais a classe dirigente mantém o domínio dos aparelhos oficiais de repressão e de violência (forças policiais, tribunais etc.). Para Gramsci, a sociedade política é o

> *aparelho de coerção estatal que assegura 'legalmente' a disciplina dos grupos que não 'consentem', nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção* (GRAMSCI, 2000, p. 334).

De outra banda, há a sociedade civil, que designa o conjunto de instituições pelos quais é elaborada e propagada as diferentes ideologias e concepções de mundo. Desse modo, compreende instituições como o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, as associações profissionais, os sindicatos, as instituições de caráter artístico e científico e os meios de comunicação.

Sociedade política e sociedade civil se diferenciam radicalmente nas funções que exercem junto ao corpo social. Enquanto na sociedade civil as classes em disputa buscam agregar aliados mediante a formação de consensos que as façam dirigentes, na sociedade política, as classes exercem sua direção através da coerção direta.

Em somatório formam o que Gramsci denominou de Estado em sentindo amplo, "sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção" (COUTINHO, 1985, p, 61). A partir dessas considerações a relação de dominação entre classes, na perspectiva da teoria marxista, deixou de ser observado apenas (ou principalmente) como calcado apenas nos meios coercitivos.

Para Gramsci, Estado ampliado significa maior convencimento, mas não elimina a coerção. Seu momento predominantemente consensual ocorre por intermédio da sociedade civil e seus agentes ¾ aparelhos privados de hegemonia. Quando essa falha, o aspecto violento se torna predominante.

Apesar de reconhecer as profundas diferenças existentes no interior da superestrutura, Gramsci admite que em determinadas conjunturas históricas pode haver a fusão entre sociedade política e sociedade civil, é o momento em que fracassa o consenso e a violência se torna o único meio de manutenção da relação entre dominadores e subalternizados.

Para Gramsci, a sociedade civil é o conjunto de instituições que que disputam concepções de mundo com vistas à sua realização histórica. Em outras palavras, é o espaço privilegiado de disputa de hegemonia entre classes. A sociedade civil em Gramsci é a principal arena da luta de classes, é nela que as classes lutam para conquistar hegemonia, ou seja, direção política, capacitando-se para a conquista e o exercício do governo.

Ao trabalhar com essa tipologia, Gramsci inovou na teoria do Estado do ponto de vista dos que reclamam o materialismo histórico e dialético como método de análise da história. O Estado, para ele, não é mais o simples comitê executivo da burguesia, como sintetizado por Karl Marx no "Manifesto comunista" (2006), mas também um espaço em franca disputa entre classes por hegemonia.

Apesar de continuar a entender o Estado em sociedades de capitalismo desenvolvido, ocidente, com um estado de classe, Gramsci observa que o modo de exercício do poder de classe muda, já que o Estado se amplia graças à inclusão desse campo de mediação entre estrutura e infraestrutura, a "sociedade civil".

Buscar hegemonia, buscar consenso, tentar legitimar-se, tudo isso significa que o Estado deve agora levar em conta outros interesses que não os restritos e exclusivos interesses da classe dominante, ainda que majoritariamente esses.

Enquanto no pensamento marxiano a sociedade civil era considerada prioritariamente sobre o prisma da base material, infraestrutura econômica, Gramsci a considera como parte da superestrutura. É nesse percurso dialético entre o pensamento marxista clássico e a sua realidade que Gramsci desenvolveu o conceito de sociedade civil e delimitou o papel dos revolucionários na disputa da mesma.

Assim, para Gramsci, a sociedade civil é a arena de luta de classes, local privilegiado da disputa de sentidos entre forças e grupos sociais, "um campo de dissonâncias, palco de conflitos e duelos, ora para reforçar o exercício da hegemonia, ora para enfraquecer os consensos firmados" (MORAES, 2010, p. 64).

Na atualidade, tanto o conceito como as próprias entidades da sociedade civil são âmbito de intensas lutas sociais entre uma abordagem (e uma prática) de cunho liberal e uma abordagem (e uma prática) crítica. Contudo, como visto, a concepção gramsciniana em nada dialoga com as concepções liberais de sociedade civil, que afirmam que essa seria o local de harmonização entre mercado e estado.

O erro principal da visão liberal de sociedade civil, perspectiva que pode ser sintetizada, segundo Coutinho (2007, p. 121-122), pelo pensamento do Norberto Bobbio, é renegar que o elemento ontológico que pauta o desenrolar da vida em sociedade, a infraestrutura, atribuindo equivocadamente tal papel à própria sociedade civil.

Retomando o pensamento de Antonio Gramsci, insistimos que enquanto na sociedade política o poder é exercido mediante as instâncias coercitivas do Estado, a disputa na sociedade civil é operada através dos aparelhos privados de hegemonia, isto é, através de organismos relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito, cuja atividade visa somar consentimentos em torno de suas proposições.

4. APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA

Gramsci percebeu que, sobretudo a partir de meados do século XIX, havia surgido uma nova esfera na organização social capitalista, que ele denominou de aparelhos privados de hegemonia. São os partidos de massa, os sindicatos, as diferentes formas de associações. Em síntese, tudo aquilo que resulta de uma crescente socialização da política.

Os aparelhos privados de hegemonia são os agentes da hegemonia, os portadores materiais das ideologias em disputa na sociedade civil. Funcionam como típicos propagadores das concepções em peleja nas disputas ideológicas-cul-

turais. "Os aparelhos de hegemonia atuam como difusores e sustentáculos de concepções particulares de mundo, que almejam legitimar-se na sociedade civil" (MORAES, 2010, p. 65).

De acordo com o pensador sardenho, a compreensão plena da sociedade civil é impossível sem o entendimento sobre o funcionamento dos aparelhos privados de hegemonia — as formas reais de organização de visões de mundo, da consciência social, de formas de ser, de sociabilidade e de cultura, adequadas aos interesses hegemônicos.

Os aparelhos privados de hegemonia — ou de contra hegemonia, conforme a ótica dos interesses de quem os opera — são instrumentos pelos quais se elaboram e configuram vontades, e com base nas quais as formas de dominação — ou de oposição a ela — se espalha para dentro e para fora do Estado. Aí o convencimento é revelado não de maneira estática, mas principalmente dinâmica.

A estreita conexão entre o Estado e os aparelhos privados de hegemonia ocorre em duas direções: i) tais entidades associativas (ou grupos de entidades) ocupam postos no Estado; ii) De outra banda, atuam no interior do Estado em direção ao fortalecimento e à consolidação de suas próprias diretrizes.

Esse vínculo apertado entre sociedade civil e Estado explica como a dominação é projetada em todos os espaços da sociedade, fortalecendo o consenso e ocultando o dissenso, forjando um ser social adequado aos interesses (e valores) hegemônicos e aplicando a punição aos subversivos a eles.

Por certo, o conceito de aparelho privado de hegemonia elaborado e defendido por Gramsci não se confunde com o conceito de aparelhos ideológicos de estado desenvolvido e defendido por Louis Althusser.

O pensador franco-argelino defendeu que os aparelhos ideológicos de estado têm ligações tão estreita com o próprio Estado que, em razão disso, não estão em disputa. Destarte, somente após a tomada violenta do Estado a classe anteriormente subalternizada poderá se apoderar deles e instaurar uma nova dinâmica de funcionamento para neles.

Por outra ótica, Gramsci entendeu os aparelhos privados de hegemonia com, em maior ou menor escala, certo grau de autonomia em relação ao Estado e, exatamente por isso, possível de acesso (e disputa) da classe subalternizada antes mesmo que essa supere sua condição particular. Ou seja, Gramsci vislumbrou a disputa de hegemonia antes mesmo da tomada do Estado em sentido estrito.

Em suma, a diferença entre as concepções de Gramsci e Althusser está no reconhecimento que o primeiro teve de que as ligações entre aparelhos ideológicos e o Estado são estáticas, já o segundo entendeu ao contrário, pontuando que

a ligação entre aparelhos privados de hegemonia e Estado varia conforme a conjuntura histórica em que estão inseridos. Por isso, as classes subalternas podem também os utilizar como meio de propagação de um novo projeto societário.

Nesse contexto, Althusser propôs uma luta integralmente por fora do Estado. Não considerou possível o eventual afastamento dos aparelhos ideológicos de estado da estrutura do Estado em sentido amplo. De acordo como professor Dênis Moraes,

> *seu equívoco consiste em não considerar a ideologia como algo determinado no processo de produção, preferindo vê-la como atribuição do Estado, com o objetivo de assegurar a dominação* (MORAES, 2016, p. 66).

Dessa forma, Althusser não vislumbrou a possibilidade de disputa interna do Estado em sentido amplo, mas um choque frontal com esse, descartando inteiramente a disputa ética e política através dos aparelhos privados de hegemonia (denominados por Althusser de aparelhos ideológicos do Estado) para isso.

Já Antonio Gramsci compreendeu a conquista do poder precedida de um longo processo de conquista de hegemonia e, por isso, por um estabelecimento de um novo consenso na sociedade civil, ou seja, no interior do Estado em sentido amplo.

Assim, é no curso desse longo e contraditório processo de afirmação de um novo consenso que as classes subalternizadas poderão superar suas demandas particulares em direção a uma visão ampla sobre a maneira como a sociedade em que estão inseridas se organiza, é nesse percurso que consciência de classe supera a supera a perspectiva meramente econômica em direção ao momento ético político.

5. JORNALISMO INTEGRAL

A disputa por hegemonia, como colocada por Antonio Gramsci, nos permite compreender com maior clareza o papel dos meios de comunicação enquanto instrumentos privilegiados de distribuição de conteúdo na sociedade. Nesse contexto, os meios de comunicação são entendidos como importantes ferramentas de delimitação da legitimação social sobre a maneira como a sociedade se organiza.

Antonio Gramsci, no início do século passado, dedicou parte significativa de seus estudos ao principal meio de comunicação de sua época: a imprensa. Por certo, o pensador sardenho não viveu as intensas e assustadoras experiências

comunicacionais em curso desde o final do século XX, porém, muitas de suas colocações ainda são paradigmáticas e esclarecedoras sobre o papel da comunicação na disputa por hegemonia.

Assim, enquanto aparelhos privados de hegemonia, que elaboram, propagam e divulgam determinados concepções de mundo, os meios de comunicação articulados de maneira orgânica com determinado agrupamento social organizado ao entorno de uma plataforma mais ou menos homogênea se torna um elemento central na disputa de hegemonia.

Para Gramsci, os jornais e as revistas são classificados e funcionam como típicos partidos políticos, uma vez que articulam a dinâmica social através da forma como limitam e apresentam ao grande público os acontecimentos. Isso tendo com parâmetro a formação, a manutenção e a ampliação da clientela de seu conteúdo.

Dessa maneira, a função dos jornais ultrapassa a esfera ideológica e embute as diretrizes econômicas e financeiras das empresas jornalísticas, que as impelem a atrair o maior número possível de leitores para assegurar-lhes rentabilidade e influência.

Logo, a imprensa burguesa se move mais pelo gosto popular que exatamente pela erudição, isso porque seu objetivo maior é o lucro e, consequentemente, a manutenção de uma clientela continuada e permanente. Em suma,

> *os jornais são organismos político-financeiros e não se propõem divulgar as belas-letras em suas colunas, a não ser que estas belas-letras aumentem a receita* (GRAMSCI, 2002, p. 40).

Foi no bojo dessas reflexões sobre o papel de propagador ideológico dos jornais é destacado por Gramsci quando ele delimita o conceito de jornalismo integral, senão vejamos:

> *o jornalismo que não somente visa satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, consequentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área (de influência)* (GRAMSCI, 2000, p. 197).

Agindo assim, os jornais/meios de comunicação se portam como um típico aparelho privado de hegemonia, pois visam interferir no plano político-cultural através da organização e difusão de percepções sobre os fatos de maneira a legitimar ou refutar o senso comum sobre os mesmos e, em última instância, também sobre a realidade maior que os comporta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COUTINHO, Carlos Nelson. **A dualidade de poderes: introdução à teoria marxista do estado e da revolução.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

GRAMSCI, Antonio . **Escritos políticos v. 1 (1910-1920)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Cadernos do cárcere – Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vl. 3, 2002.

_____. **Cadernos do cárcere - Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vl. 2, 2000.

_____. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MORAES, Dênis. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. In: **Revista debates**, UFRGS, v. 4, 2010.

_____. **Crítica da mídia e hegemonia cultural**. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2016.